

Feminismo da Diferença: retrocesso a vista

Elisa de Souza Lima

Desde o início das sociedades democráticas modernas, baseadas no princípio de que “todos nascem livres e iguais...”, as mulheres puderam constatar seu caráter discriminatório, vez que “nasciam subordinadas e inferiores” e denunciaram a contradição desta “democracia sem mulheres”.

Por serem excluídas de forma sistemática do âmbito público e da cidadania, os primeiros movimentos, a teoria e a prática feministas, centraram-se em legitimar e organizar a luta pela inclusão.

Ao longo de todo o século XIX sufragistas¹ e socialistas² lutaram contra aquilo que parecia estar destinado às mulheres: ser uma ressonância, um simples reflexo do homem. Nesta luta questionaram a ideologia da natureza diferente e complementar dos sexos e centraram-se em conquistar o acesso à esfera pública: o sufrágio, o trabalho assalariado não proletário, a educação superior.

No século XX, uma vez conquistados os direitos políticos – a igualdade formal - as mulheres puderam comprovar as enormes dificuldades concernentes ao acesso igualitário ao âmbito público. Tal constatação levou o movimento feminista a um ressurgimento organizativo e teórico.

Na denominada segunda vaga do movimento feminista, nos anos 60, em continuidade aos postulados da inclusão, fundamentou-se a necessidade de se estabelecer mecanismos sociais e políticos capazes de romper a dinâmica excludente do sistema patriarcal, como o estabelecimento da discriminação positiva e política de cotas. É também neste período que os olhares começam a se voltar para a esfera privada, que até então havia sido ignorada pelos enfoques anteriores. Surgiu assim uma nova maneira de entender e fazer política, atuando na área do “pré-político”. O lema “o pessoal é político” evidenciou a necessidade de se lançar luzes sobre as relações de poder, sobre as formas de manutenção e reprodução do sistema de dominação no qual a mulher se inseria.

A partir da constatação de que “o pessoal é político” o movimento feminista passou a buscar de modo cada vez mais consistente o processo de redefinição da realidade. Ao analisar as práticas das mulheres no âmbito doméstico e ao considerá-lo como o núcleo da sua opressão e degradação, se iniciava tal redefinição. Assim, diante de expressões como “eu não trabalho”, “minha mãe não trabalha” ou “se as mulheres trabalhassem...”, que invocavam uma imagem distorcida da realidade produtiva e do valor social das práticas das donas de casa, passou-se a redefinir esta mesma realidade como a “jornada interminável”. Por trás do aparente “lar doce lar” começou a ser desvendada a face até então oculta da família: a família como âmbito da alienação, da exploração do amor, da exigência do trabalho de cuidados e, por vezes, dos maus tratos e do abuso sexual (ÁLVAREZ, 2002, p. 72-73).

No Brasil, os temas relacionados ao trabalho feminino foram a porta de entrada dos estudos sobre a mulher na academia. As pesquisas realizadas no decorrer dos anos sessenta e setenta, a exemplo de Saffioti (1969), tornaram-se clássicas na literatura sobre o trabalho da mulher. O Ano Internacional da Mulher em 1975 constituiu um marco propulsor para a produção sobre o tema. Por outro lado a emergência do feminismo como movimento social legitimou os estudos acerca da condição feminina.

No entanto, a preocupação inicialmente centrada na colocação da força de

trabalho da mulher no mercado sob os efeitos do Capital foi, em consonância com o movimento feminista internacional, se voltando para fatores culturais e simbólicos que também explicam a subordinação feminina, assim como para o papel desempenhado pelas mulheres no âmbito da reprodução social. A partir de então as pesquisas sobre o trabalho feminino iniciaram um novo caminho e passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo, ou seja, a família. Pois para as mulheres a vivência do trabalho implica sempre na combinação destas duas esferas, seja pelo entrosamento, seja pela superposição, vez que o ingresso das mulheres no espaço público não significou a alteração da divisão do trabalho no espaço privado. Por parte dos homens não houve uma alteração de papéis, sendo este um dos fatores que revela a fragilidade do processo de emancipação das mulheres.

Esta ambigüidade, verificada com relação aos espaços público e privado, no que concerne ao trabalho, também está presente nas relações pessoais. Características atribuídas historicamente aos homens como agressividade, arrogância, eficiência, competitividade, permanecem sendo exaltadas ao passo que aquelas historicamente identificadas com o feminino, como sensibilidade, afetividade, intimidade, cuidados, continuam sendo desvalorizadas. Homens e mulheres até agora não alcançaram um estágio de trocas, de ajuda mútua, sem que isso se configure em hierarquização.

É neste contexto que, a partir de grupos de reflexão constituídos por mulheres, surge a tendência de, ao invés de buscar a superação do gênero para a efetiva emancipação da mulher, afirmar as diferenças em busca de reconhecimento, valorização e, em alguns casos, demonstrar a superioridade da mulher sobre o homem.

O “neoliberalismo” e o feminismo

Desde o início da década de 1990 observa-se no Brasil um contexto de redefinição do papel do Estado. A grande maioria dos debates oficiais que envolvem questões relacionadas às políticas públicas preconiza a chamada “regulamentação estatal” que, neste caso, significa que o Estado deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, passando ao papel de promotor e regulador deste desenvolvimento. Tais mudanças apontam para o fortalecimento das funções de regulação do Estado e encontram no mercado a principal alternativa para o desenvolvimento sócio-econômico, além de anunciarem a necessidade de fortalecimento da sociedade civil para alçá-la à condição de parceira e agente de realização de políticas públicas. De acordo com premissas defendidas por um dos maiores defensores desta perspectiva, Bresser Pereira, este “estado mínimo” deveria ocupar-se de fazer apenas o que não pode ser feito pela sociedade civil. Deste modo, na prática, a única dimensão redistributiva do Estado referir-se-ia à produção de serviços judiciários e policiais para os cidadãos.³ Esta formulação se coloca em oposição à do “estado social-econômico” ou “estado de bem-estar social”⁴, na qual o Estado exerce o papel de provedor de serviços para população, além de redistribuidor da renda por meio de amplas e abrangentes políticas públicas. No estado mínimo os serviços são concedidos ao mercado, este regula as inclusões e, obviamente, as camadas de baixa renda são excluídas da rede de proteção social. O equilíbrio do mercado interno e saneamento das contas públicas, o aumento dos níveis de desenvolvimento, a melhoria da quantidade e da qualidade dos serviços, dentre outras vantagens apregoadas pelos idealizadores “neoliberais” do estado mínimo, resultam, na prática, no reforço da incapacidade do Estado em promover a redução das desigualdades e de prover ao menos serviços razoáveis de saúde e educação.

Com investimentos cada vez menores nas áreas sociais, sobretudo no que tange

a saúde e educação - política condizente com esta concepção de Estado - muitas formulações do feminismo atual permitem o uso (e também o abuso) das noções de diferença, que no caso tornam-se convenientes ao Estado, mas profundamente prejudiciais ao movimento feminista.

Algumas teorias, em parte incorporadas pelo próprio movimento feminista, entendem que as diferenças entre homens e mulheres não correspondem a construções culturais, nem tampouco expressam apenas a diversidade biológica, sendo então uma “ordem natural das coisas”. Daí a assumir a real existência de uma moral própria das mulheres é um curto caminho. A tentação de conferir às mulheres e aos homens uma identidade essencial, comum a todos os indivíduos conforme o gênero, não é exatamente novidade. Já em 1918 era possível encontrarem-se, em textos de Alexandra Kollontai, referências das quais se depreende que ela relacionava, de certa forma, a aproximação das mulheres “aos templos da ciência e da arte” como um indicativo de estas estariam passando por transformações de modo a adquirir a firmeza masculina (KOLLONTAI,1981 p 121-125).

No entanto, contemporaneamente, as teorizações acerca da “essência feminina” adquiriram contornos mais fortes. A moral considerada feminina estaria associada ao âmbito privado, com ênfase na abordagem contextual e coletiva, conferindo relevância às emoções e relacionamentos: é a “ética do cuidado”. A ela estaria contraposta a “ética da justiça” tipicamente masculina, relacionada ao âmbito público, à razão, aos direitos individuais e à abstração (GILLIGAN,1982).

A partir do momento que as próprias mulheres estão convencidas da sua “aptidão natural” ao cuidado, torna-se fácil para o Estado transferir-lhes certas atribuições como, por exemplo, o cuidado com enfermos e idosos – para os quais não há leitos em hospitais ou qualquer tipo de assistência oficial; ou ainda, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso na vida escolar das crianças, diante da precarização incontestada do sistema educacional.

Modelos Ideológicos

O acúmulo de tarefas que recai sobre as mulheres torna o equilíbrio entre casa e trabalho – sobretudo no que respeita aos cuidados com os filhos - cada vez mais difícil. Tal pressão leva a muitas destas mulheres a desistirem de trabalhar em turno integral abrindo mão, na prática, da possibilidade real de uma carreira profissional. Não se trata aqui de negar a complexidade que envolve a criação, educação e cuidado com uma criança, ou ainda de negar-se a necessidade de cuidados com pessoas idosas e/ou doentes. O problema está em tratar tais temas como se fossem “questões femininas”, como se, frente à ausência de uma solução coletiva para tais demandas, apenas às mulheres coubesse a responsabilidade da realização de tais tarefas. É neste sentido que naturalizar a habilidade para com o cuidado coloca em risco o projeto de emancipação feminina.

Ao aceitar que naturalmente as mulheres detêm a habilidade e a sensibilidade necessárias para tais tarefas, se impõem um dilema: ou as mulheres têm de dedicar-se às suas habilidades e retornarem ao estrito papel de mães, esposas e donas-de-casa ou então, tem de submeter-se a múltiplas jornadas de trabalho para darem conta de tantos afazeres.

A situação de insegurança e sobrecarga das mulheres vai ao encontro dos interesses do capital privado, na medida em que o trabalho de meio turno é uma das medidas implementadas no processo de precarização das relações de trabalho. Ao

Estado, interessa a disponibilidade das mulheres para assumirem atribuições que formalmente seriam de sua competência. Assim, sem nenhum tipo de custo ao erário, estabelecem-se redes de serviços paralelos de saúde e educação.

Tal situação se desdobra em conseqüências nefastas para a vida das mulheres que vêem sua existência resumida ao trabalho – seja em casa, ou fora dela, além de, com muita freqüência, terem de lidar com a sensação de culpa e frustração por não estarem “dando conta” daquilo que lhes caberia. Contribui fortemente para tal situação a propaganda ideológica do papel da mulher levada a cabo pelo Estado, considerado aqui nas dimensões restrita e ampla ⁵.

São muitas as pesquisas, levantamentos e estatísticas, muitos dos quais oriundos de organismos governamentais, para demonstrar como a presença da mãe contribui positivamente na vida dos filhos: o rendimento escolar é superior, o equilíbrio emocional é maior, o índice de envolvimento com drogas e outros problemas é infinitamente menor. A Igreja não se furta de fazer a apologia do papel importante que a mulher desempenha no lar. Em recente visita ao Brasil o Papa Bento XVI afirmou que o papel da mãe é fundamental para o futuro da humanidade e que não se devem medir esforços para gerar as condições necessárias para que as mulheres possam dedicar-se plenamente à família. ⁶

Nas revistas ditas “femininas” não faltam matérias relatando experiências felizes de mulheres (todas de camada média ou alta) que deixaram de trabalhar para dedicarem-se à família “até que os filhos estejam crescidos”. É interessante que nestas reportagens o retorno ao lar é sempre o resultado de uma opção. A estas mulheres, mesmo sendo economicamente privilegiadas, não é perguntado se elas não teriam mantido suas profissões, apesar da maternidade, se não tivessem que assumir simultaneamente tantas atribuições. Também não é explicitado que é condição fundamental para tal opção a existência de alguém que provenha o sustento desta mulher. Cabe perguntar: apesar de ser apresentado na mídia como uma tendência, tal movimento poderá atingir que percentual da população feminina?

Em tempos de comunicação de massas, a mídia, sobretudo a mídia eletrônica, produz efeitos profundos sobre a vida humana vez que a televisão não representa o mundo, mas serve cada vez mais para definir como é o mundo no qual vivemos. E, embora o simulacro da hiper-realidade televisiva não possua necessariamente embasamento na realidade concreta é esta hiper-realidade que é captada e absorvida como real.

A televisão está amplamente recheada de situações nas quais o simulacro da mulher feliz e realizada é o da dona-de-casa, da mãe e esposa. Não raro em novelas e propagandas se difunde a idéia, ainda que sublinearmente, que a integralidade da mulher relaciona-se necessariamente ao casamento e à maternidade. Reforça-se a todo o momento a preponderância do papel da mãe na vida dos filhos e é sempre a mulher que se ocupa de cuidados com idosos e doentes. Os modelos tradicionais dos papéis sexuais são reafirmados constantemente e aparecem como sendo a ordem natural das coisas, semelhantemente ao descrito pelas teorias que defendem a existência de uma essência feminina. Se a vida televisiva é percebida como real, parece-me óbvio que as mulheres assumam de maneira cada vez mais arraigada tais papéis, a tal ponto de elas mesmas tornarem-se os sujeitos que confirmam a teoria forjada.

Diante do bombardeio ideológico massificador e culpabilizante e frente à exaustão das múltiplas jornadas torna-se quase impossível que a mulher não passe a ansiar por um retorno ao lar. Para a grande maioria das mulheres que, devido à impossibilidade material, não podem sequer cogitar em desistir do trabalho assalariado em prol do bem-estar dos filhos e familiares, resta além do cansaço, a culpa por não

estar desempenhando integralmente suas funções.

Algumas críticas ao feminismo da diferença

Neste artigo serão apresentadas apenas duas dentre as muitas críticas existentes frente à tendência de exaltar as diferenças entre homens e mulheres. Embora abordem a questão por ângulos diferentes, a escolha das mesmas ocorreu devido a profundidade e relevância: enquanto uma identifica muitas argumentações do feminismo da diferença com aqueles que justificaram as teorias nazistas e a outra alerta para os riscos de retrocesso que tais teorias representam no caminho de emancipação das mulheres.

A associação entre feminismo e nazismo é feita, nas palavras de João Bernardo, a partir da constatação de que:

A atribuição a uma raiz biológica às manifestações culturais e a noção de que dadas manifestações culturais indicam uma dada condição biológica – feminismo que hoje domina os meios acadêmicos e prevalece nos órgãos de informação, propenso às abordagens “de gênero”, para empregar a terminologia corrente, atualizou um modelo de pensamento que caracteriza o racismo germânico, nomeadamente na versão hitleriana (BERNARDO, 2006 p.12).

De acordo com o autor, as perspectivas “de gênero” esforçam-se por acentuar a divisão entre a esfera masculina e feminina, e assim colocam-se no extremo oposto do velho feminismo, que procurara emancipar as mulheres anulando as diferenças de comportamento entre os sexos. “Aquele feminismo que se singularizou pelo desejo de superar as diferenças convencionais entre os sexos e de fundi-los ambos na formação de um gênero verdadeiramente humano” (BERNARDO, 2006).

Já o novo feminismo está em local diametralmente oposto a este e parece contentar-se a alcançar o que é tido como “politicamente correto”. Para João Bernardo o “politicamente correto” não passa da linguagem utilizada pelos derrotados. No caso, vez que as mulheres não conseguiram efetivamente alcançar a igualdade com os homens, busca-se estabelecer novas modalidades de igualdade formal. Uma destas formas seria assumir a tradicional divisão entre as esferas masculina e feminina, passando a atribuir a esta última uma conotação positiva no lugar da valorização negativa anterior e ao mesmo tempo classificar como negativo o que se relaciona à esfera masculina. Esta inversão hierárquica que atribui virtudes ao feminino e vícios ao masculino apenas reforça a crença na indiscutível existência destes termos. Muda a linguagem e os adjetivos, enquanto que a realidade social permanece inalterada.

Tal malabarismo busca apagar a distinção entre o ideológico e o político. A divisão entre a esfera social masculina e a esfera social feminina resulta de uma criação cultural de séculos sendo inculcados às mulheres comportamentos, maneiras e opiniões diferentes dos inculcados aos homens. O atual feminismo em vez de pretender eliminar a separação entre os sexos, pretende consagra-la baseando sua interpretação do mundo numa divisão de caráter biológico e partir do qual constrói um complexo edifício de distinções culturais. No entanto também atua no sentido inverso, ou seja, atribui a um dado tipo de idéias, atitudes e comportamentos uma conotação biológica. Passa-se da biologia para cultura e da cultura para biologia, quase igualando o conceito de gênero ao conceito de raça. É esta circularidade sem critério - que as teorias de gênero partilham com o nacional-socialismo - que conferiram uma psicologia própria aos povos considerados biologicamente (BERNARDO, 2006, p.14-15).

Elisabeth Badinter é outra crítica feroz do feminismo da diferença. Segundo ela, após as grandes vitórias do movimento feminista na década de 1970 durante a década de 1980 todas as esperanças eram permitidas.... Afinal a partir do momento que as mulheres ganhavam o próprio sustento já não estavam obrigadas a ficar com um homem caso não o quisessem; a pílula permitia o controle da concepção: um homem só seria pai se a mulher permitisse. O patriarcado estava nos seus últimos dias. A imagem da mulher tradicional ia se apagando ao mesmo tempo em que outra nascia: uma mulher ativa e segura de si. Após anos de tirania a mulher encerrava a sua participação secundária na vida. Tudo que antes pertencia apenas aos homens agora também pertencia às mulheres. O mundo podia ser compartilhado entre ambos. Tais esperanças não se confirmaram e com isso um outro tipo de feminismo emergiu. Badinter o denomina “feminismo norte-americano”.

Esta abordagem do feminismo enfatiza a mulher enquanto tal, ou seja, enquanto mulher, como se fosse possível atribuir um rol de características a alguém apenas a partir do conhecimento do seu sexo biológico. A mulher é identificada com o puro, o natural, a maternidade, o amor. Por outro lado também figura como um ser frágil à mercê da violência e da dominação masculina. Tais afirmações impõem um dilema teórico a este novo feminismo: como redefinir a natureza feminina sem recair nos velhos clichês? Como falar de “natureza” sem colocar a liberdade em perigo? Como sustentar o dualismo dos sexos sem reconstruir a prisão dos gêneros sexuais? (BADINTER, 2005, p. 43-45).

Este retorno ao antes tão combatido essencialismo traz consigo outros riscos: ao mesmo tempo em que combate a hierarquia da dominação masculina pelo poder cria uma nova hierarquia, a hierarquia moral. O sexo dominador é identificado com o mal, e o oprimido com o bem. Frente a este maniqueísmo surge a certeza de que as mulheres realmente são mais preocupadas com a vida e com a liberdade e o ideal materno reaparece para justificar, ao mesmo tempo, a superioridade moral das mulheres em relação aos homens e suas prerrogativas. Como resultado desta linha de argumentação chega-se à imagem da mulher como vítima da sociedade masculina ao mesmo tempo em que encarna o bravo soldado que luta para consertar os estragos causados pelo homem (BADINTER, 2005, p. 46-59).

Não estaria este feminismo a cometer o sexismo? Será possível que todos os males do mundo, toda a destruição, toda violência são privilégios masculinos? Virá a emancipação feminina da condenação do sexo masculino? Não há dúvida que para muitos e muitas esta versão dos fatos é muito conveniente.

A partir de uma análise inicial pode-se depreender que o foco central que envolve o feminismo não se resume à escolha de um rótulo seja ele o da igualdade, seja o da diferença.

Apesar de muitas feministas argumentarem que, se as mulheres não forem consideradas como uma identidade coerente, não será possível articular um movimento político feminista, no qual as mulheres se unifiquem enquanto mulheres e a partir disto busquem atingir objetivos especificamente feministas, tendo a concordar com aquelas que defendem que a desconstrução das identidades essenciais deve ser vista como condição necessária para uma compreensão adequada da diversidade de relações sociais que as mulheres estabelecem, às quais deve se aplicar o princípio da plena igualdade (MOUFFE, 1993 p. 101-120).

Neste sentido é preciso considerar que um único indivíduo, ou seja, a mesma mulher, pode ser portadora desta multiplicidade e ser dominante numa relação e ao mesmo tempo subordinada em outra, vez que não possui uma identidade estática. Embora não seja uma tarefa fácil, é preciso que o movimento feminista busque

“articular” esta multiplicidade de identidades de modo a estabelecer pontos de identificação coletiva que transcendam a ele próprio buscando a unificação com outras lutas emancipatórias.

O grande desafio a ser enfrentado é não perder de vista as ações coletivas e a construção de um projeto global de transformação da sociedade, vez que a verdadeira emancipação da mulher – e em certa medida também do homem - somente será possível a partir da eliminação do estabelecimento de papéis relacionados ao sexo dos seres humanos, bem como da hierarquização entre os diferentes tipos de habilidades, ou atividades desempenhadas pelas pessoas.

O fundamental é que não se perca de vista o objetivo pelo qual deve lutar o movimento feminista – a emancipação da mulher, a plena igualdade entre os seres humanos e o fim de todos os tipos de opressão, dominação e exploração. Certamente mais de um caminho pode ser trilhado para que se avance em direção a tal objetivo, mas é preciso ter claro que, tanto a prática como a teoria, terão de encontrar um ponto de confluência que permita às mulheres avançarem política e organizativamente, vez que a caminhada fragmentada permite que se alcance resultados restritos à academia e às políticas públicas. Diante de cada uma das alternativas que se apresentam cabe a avaliação se de fato significam um avanço ou, pelo contrário, significam um desvio na medida em que sejam apenas conquistas pontuais, cujo fim se encerra nelas próprias. Neste caso, a perda costuma ser bem maior do que eventuais ganhos: o movimento contestatório tende a migrar para o terreno da conformação e, em regra, tais ganhos tendem a beneficiar apenas pequenas parcelas de mulheres, o que favorece a maiores fraturas dentro do próprio feminismo.

Referências Bibliográficas:

- ALVAREZ, Ana Miguel. *O feminismo ontem e hoje*. Lisboa, Ela por Ela, 2002.
- BADINTER, Elisabeth. *Rumo equivocado: O feminismo e alguns destinos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2000.
- BERNARDO, João. *Considerações inoportunas e politicamente incorretas acerca de uma questão dos nossos dias*. Novos Rumos, São Paulo, v. 45, ano 21, 2006.
- GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1982.
- KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e revolução sexual*. Lisboa, Editorial Estampa, 1981.
- MOUFFE, Chantal. *O retorno do político*. Lisboa, Gradiva, 1993.
- THOMAS, Tom. *O Estado e o Capital: O Exemplo Francês*. Lisboa, Edições Dinossauro, 2003.

Elisa de Souza Lima

Historiadora e aluna do curso de Especialização em Sociologia da Universidade de Passo Fundo.

Notas

¹ Corrente feminista fortemente influenciada pelos ideais da revolução Francesa, que impulsionou a luta pela conquista da cidadania da mulher - direito ao voto, herança e propriedade, salário igual para trabalho igual, direito à custódia dos filhos e direito a fazer contratos. Muitos autores atribuem a constituição desta corrente à assinatura da Declaração de Sentimentos, baseada na Declaração de Independência dos EUA, em 1848 em Sêneca, Nova York.

² Corrente feminista influenciada pelas obras de Marx e Engels, que buscava entender a situação das mulheres numa sociedade de classe e em função da sua pertença a uma determinada classe social. Esta

corrente polarizava com a corrente sufragista por entender que a luta pelo direito ao voto era incompatível com o interesse dos trabalhadores enquanto classe.

³ Em qualquer sociedade dividida em classes o Exército, as polícias e a justiça, por integrarem o poder coercitivo do Estado, não são passíveis de serem transferidos à sociedade civil, uma vez que isso significaria abrir mão de um dos principais instrumentos mantenedores da dominação.

⁴ Embora as caracterizações acerca do “Estado Mínimo” e do “Estado de Bem Estar Social” aparentem estar em oposição, não há antagonismo entre estes modelos de gestão estatal. Em ambos cabe ao Estado a tarefa de organizar as condições sociais necessárias, ou seja, buscar o estabelecimento de uma paz social relativa, para possibilitar o desenvolvimento do capitalismo da melhor forma possível. No caso do Estado de Bem Estar Social tais condições são alcançadas pela integração da classe operária ao sistema capitalista. Neste caso, a classe operária é cooptada por meio da concessão de benefícios sociais que são massivamente percebidos como sendo conquistas operárias. A gestão do Estado Mínimo não atua no sentido de oferecer vantagens na forma de benefícios para o proletariado. O estabelecimento do consenso social mínimo necessário para o desenvolvimento capitalista ocorre por meio da aparente dispersão dos aparelhos de Estado, de modo a fazer crer aos indivíduos que, para além de ascender socialmente, podem efetivamente influenciar o poder decisório. Neste tipo de gestão, na qual o apelo à democracia participativa é uma constante, multiplicam-se as administrações independentes, não eleitas e organizações não governamentais que formalmente estariam fora do alcance do controle Estatal. Nas duas formas de gestão o objetivo é o mesmo e ambas acrescentam às suas táticas específicas o uso da coerção e do aparato legal para assegurá-lo. Para um maior aprofundamento sobre o tema ver *O Estado e o Capital*, de Tom Thomas.

⁵ Os conceitos de Estado Restrito e Estado Amplo são abordados detalhadamente por João Bernardo na obra intitulada *Economia dos Conflitos Sociais*, publicada pela Editora Cortez. Para este trabalho é suficiente apresentá-los em linhas gerais. A expressão “Estado Restrito” refere-se ao conjunto das instituições que compõem o governo, o parlamento, e os tribunais, ou seja, aos poderes executivo, legislativo e judiciário. O “Estado Amplo” diz respeito ao poder correspondente ao executivo, legislativo e judiciário, exercido pelos gestores e proprietários de empresas na administração dos seus negócios. Para João Bernardo os governos conferem aos proprietários privados uma enorme latitude na administração dos seus negócios que vai desde as atividades econômicas até o estabelecimento de condutas e punições para a força de trabalho, reconhecendo-lhes uma verdadeira soberania. No Estado capitalista estas duas dimensões estatais articulam-se permanentemente com finalidade de mútua legitimação.

⁶ Matéria publicada em *O Globo Online*, disponível em < [http://oglobo.globo.com/sp/papa/mat/2007/05/13/295740693 .asp](http://oglobo.globo.com/sp/papa/mat/2007/05/13/295740693.asp) > acessada em 13/05/2007.